



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO - CBDG
CNPJ: 01.195.713/0001-10

CONTÉM:

- 1- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 2- BALANÇO PATRIMONIAL
- 3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4- DEMONSTRAÇÃO DAS MULTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 5- DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
- 6- NOTAS EXPLICATIVAS

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Presidente e Diretores
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO - CBDG
Porto Alegre – RS

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO – CBDG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Social, dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO – CBDG** em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

A Entidade não possui controle individualizado de bens registrados no Ativo Imobilizado. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação de valores representativos de tais bens e, conseqüentemente, não foi praticável determinar a razoabilidade do valor da depreciação acumulada.

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO – CBDG**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Entidade apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$ 97.685,99 (Noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos) em 31 de

dezembro de 2018. Conforme a Nota Explicativa nº 2.2, a Entidade apresentou um déficit de R\$ 248.326,78 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos) e não tem gerado recursos financeiros próprios para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO – CBDG** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outros auditores, que emitiram relatório em 16 de abril de 2018, com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o



ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2019.

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20 - IBRACON: 031
SERGIO PAULO DA SILVA
Contador CRC-RJ 087960/O-0 - IBRACON 4061
SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO - CBDG
CNPJ: 01.195.713/0001-10



CBDG

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais – Centavos Omitidos)

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes ao Caixa	651.712	463.237
Outros Créditos	1.281	6.686
	<u>652.993</u>	<u>469.923</u>
NÃO CIRCULANTES		
Imobilizado	86.512	166.014
Intangível	3.434	3.434
	<u>89.945</u>	<u>169.448</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>742.938</u>	<u>639.371</u>
PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE		
Contas a Pagar	255.489	257.384
Obrigações fiscais e Sociais	36.730	31.574
Governamentais	548.405	198.828
	<u>840.624</u>	<u>487.786</u>
NÃO CIRCULANTES		
Patrimônio Social	151.585	98.045
Superávit/Déficit Acumulados	(249.271)	53.540
	<u>(97.686)</u>	<u>151.585</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>742.938</u>	<u>639.371</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO - CBDG
CNPJ: 01.195.713/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em Reais – Centavos Omitidos)



CBDG

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS		
Receita da Lei Agnelo Piva	1.576.813	2.183.718
Receitas Recursos Próprios	525.965	430.130
	<u>2.102.778</u>	<u>2.613.848</u>
 DESPESAS		
Despesas com Pessoal	(558.752)	(611.425)
ocupação	(33.945)	(31.011)
Depreciação	(91.482)	(48.850)
Despesas Tributárias	(8.958)	(9.173)
Utilidade e Serviços	(20.282)	(27.112)
Propaganda e Publicidade	(23.049)	(36.844)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.599.637)	(1.804.610)
Resultado Financeiro Líquido	(14.999)	(7.861)
	<u>(2.351.105)</u>	<u>(2.576.885)</u>
 SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO		
	<u>(248.327)</u>	<u>36.963</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO - CBDG
CNPJ: 01.195.713/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMONIO SOCIAL
(Em Reais – Centavos Omitidos)



CBDG

	Patrimonio Social	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	98.045	11.609	109.654
Ajustes de exercícios anteriores	-	4.968	4.968
Resultado do exercício	-	36.963	36.963
Saldos em 31 de dezembro de 2017	98.045	53.540	151.585
Ajustes de exercícios anteriores	-	97	(944)
Resultado do exercício	-	-	-
		248.327	(248.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	98.044	-	-
		97.731	(97.686)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO - CBDG
CNPJ: 01.195.713/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em Reais – Centavos Omitidos)



CBDG

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(248.326)	36.963
Depreciação	91.482	48.850
Ajustes de exercícios anteriores	(944)	4.968
Perdas no recebimento de crédito	-	98.000
	<u>(157.788)</u>	<u>188.781</u>
Varição no ativo/passivo circulante		
Outros Créditos	5.406	(4.246)
Contas a pagar	(1.895)	260
Obrigações fiscais e sociais	5.156	(17.962)
Governamentais	349.577	(20.588)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>200.456</u>	<u>146.245</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(11.982)	1.800
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	<u>(11.982)</u>	<u>1.800</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>188.475</u>	<u>144.445</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	463.237	318.792
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	651.712	463.237
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>188.475</u>	<u>144.445</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, designada pela sigla CBDG, sucessora da Associação Brasileira de Bobsled, Skeleton e Luge (ABBSL), filiada à Federação Internacional de Bobsled e Skeleton (FIBT), à Federação Internacional de Luge (FIL), à Federação Internacional de Patinação no Gelo (ISU), à Federação Internacional de Hóquei no Gelo (IIHF), à Federação Internacional de Curling (WCF), à Federação de Mushing (IFSS) e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma sociedade civil de direito privado, e de caráter desportivo, de fins não econômicos. Foi fundada no estado do Rio de Janeiro em 11 de fevereiro de 1996 e está sediada desde 2013 no estado do Rio Grande do Sul, contida pelos membros afiliados que pratiquem ou venham a praticar, no território brasileiro, as modalidades desportivas de inverno, e suas respectivas modalidades paralímpicas. A CBDG, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todos os níveis, a prática das modalidades esportivas de inverno praticadas no gelo inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentações das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros.

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em Continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade apresentou um déficit de R\$ 248.326,78 e não tem gerado recursos financeiros próprios para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação

2.3 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas pelos recursos mantidos em espécie pela Entidade na Caixa Econômica Federal (Conta de recursos privados e Conta exclusiva de recursos do Comitê Olímpico Brasileiro).

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base de resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Taxa de depreciação</u> <u>a.a</u>
Móveis e Utensílios	10 anos	10%
Computadores e Periféricos	05 anos	20%
Equipamentos de Informática	05 anos	20%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10 anos	10%
Equipamentos Esportivos	05 anos	20%

d. Passivo circulante

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A entidade está isenta d pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto n° 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e



registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes a caixa

Descrição de Contas	2017
Caixa	0
Banco conta movimento	36.928
Aplicações Financeiras	614.784
Total	651.712

4. Perda com adiantamento concedido para Associação Brasileira de Hóquei no Gelo

Refere-se ao adiantamento concedido pela Entidade durante o exercício de 2010, para a Associação Brasileira de Hóquei no Gelo, para manutenção dessa Associação. Como exauriram-se todas as tentativas de rever esse valor, ficou contabilizado em 31/12/2017 como perda de R\$ 98.000,00, mantendo-se em 2018, como reduzindo valor do Patrimônio Líquido.

5. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes à Entidade.

6. Contingências

A administração, apoiada na opinião de assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada a pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do despacho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão de contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, existem processos que necessitam de provimento por esta Entidade.

A Entidade tem ações de natureza Cíveis, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais tem o provimento de R\$ 250.000,00.

7. Seguros

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.

8. Subvenções e assistências governamentais

Durante o exercício de 2018, a Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, recebeu recursos financeiros do Comitê Olímpico Brasileiro para aplicação nas suas finalidades institucionais, que têm como objetivo a prática das modalidades esportivas de inverno praticadas no gelo, em conformidade com seu estatuto social.

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br



9. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB n° 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei n° 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração aos dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei n° 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração para a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br